

REVISITANDO A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA SERGIPANA

Fernanda Carolina Pereira dos Santos

Doutoranda em História da Universidade Federal Fluminense

E-mail: fernandacarolina@id.uff.br

Resumo

Maria da Glória Santana de Almeida escreveu um dos primeiros esforços para compreender sistematicamente a economia sergipana, dialogando com as principais tendências historiográficas da segunda metade do século XX. A autora delineou a noção de dependência econômica sergipana em 1984, na obra “Sergipe: fundamentos de uma economia dependente”, reformulada anos depois com a publicação da obra “Nordeste açucareiro: desafio num processo do vir-a-ser capitalista”. O presente trabalho se propõe a tecer uma análise sobre a referida noção, localizando-a no debate historiográfico e em temas sensíveis da época na qual foi produzida. A partir desse exercício e acompanhando os debates mais recentes em torno de três temáticas - moeda, crédito e instituições bancárias-, refletimos sobre os efeitos de sua perpetuação acrítica: um entrave para a análise do funcionamento econômico sergipano.

Palavras Chaves: Dependência Econômica, Funcionamento Econômico, Sergipe.

REVISITING THE QUESTION OF THE SERGIPE ECONOMIC DEPENDENCE

Abstract

Maria da Glória Santana de Almeida wrote one the firsts systematic effort to understand the economy of Sergipe, engaging with the main historiographical trends of the second half of the 20th century. The author outlined the notion of Sergipe's economic dependence in 1984, in the work "Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente" which was later reformulated with the publication of "Nordeste açucareiro: desafio num processo do vir-a-ser capitalista." This research aims to analyze this notion, placing it in the historiographical debate and in sensitive themes of the time in which it was produced. Through this exercise and following the more recent debates around three themes - currency, credit, and banking institutions - we reflect on the effects of its uncritical perpetuation: a hindrance to the analysis of Sergipe's economic functioning.

Keywords: Economic Dependence; Economic Functioning; Sergipe.

Em 1973, José Calazans Brandão da Silva proferiu uma palestra sobre a historiografia sergipana no V Simpósio de História do Nordeste. Ao realizar um balanço dos temas trabalhados, apontou a ausência de um estudo sistemático sobre a economia sergipana. Passados vinte e um anos, o quadro se alterou com o surgimento de três importantes contribuições produzidas por docentes lotados nos departamentos de história e economia da Universidade Federal de Sergipe. Em 1979, na Universidade Federal Fluminense, Lenalda Andrade dos Santos defendeu a dissertação intitulada “A Oligarquia Açucareira e a Crise: Sergipe, 1855-1890”. Em 1983, na Universidade Estadual de Campinas, Josué Modesto dos Passos Subrinho defendeu a dissertação intitulada de “História econômica de Sergipe (1850-1930)”. E por fim, em 1984, Maria da Glória Santana de Almeida publicou o livro “Sergipe: fundamentos de uma economia dependente”, fruto de indagações e reflexões anteriores surgidas no trato documental e na participação de simpósios em eventos acadêmicos nacionais e regionais.

Os trabalhos inaugurais elencados, com preocupações distintas, apontaram a noção de “dependência econômica” como um dos traços estruturantes da economia sergipana. De acordo com Lenalda Santos (1979, p. 15-34), a dependência originou-se na “conquista” do território sergipano, com a formação de uma área econômica complementar que visava abastecer a crescente lavoura canvieira que se desenvolvia na Capitania da Bahia, atrelada à formação de uma estrutura político-administrativa a ela subordinada. Com a emancipação política de Sergipe, os traços dessa dependência ficam mais nítidos através dos relatos que estamparam jornais e relatórios do presidente sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pela jovem província. Neles, se indicou o quase monopólio da praça da Bahia na exportação dos produtos agrários sergipanos e o controle sobre a arrecadação dos direitos desses gêneros, bem como dos preços foram destacados pela autora como sinais da interferência baiana na economia sergipana. Ainda para Santos, a Bahia ocupava o lugar de “metrópole colonial”, posição que garantia uma certa gerência no território sergipano, já que era responsável por ligar a lavoura deste aos centros hegemônicos do sistema capitalista. O papel desempenhado pela Capitania da Bahia a tornava responsável por fornecer parte dos capitais que a lavoura necessitava, revestindo o principal dos seus lucros para a Europa.

Anos depois, Passos Subrinho (1983) seguiria a mesma linha de raciocínio, ajudando a delinear a noção de dependência econômica. Para ele, a intermediação comercial e financeira praticada pela praça de Salvador era responsável pela apropriação do excedente gerado pela agroindústria açucareira sergipana no século XIX e o conseqüente financiamento desta atividade. Utilizando

as mesmas fontes que Santos (1979) para estas conclusões, os relatórios de presidente de província, apontava as principais dificuldades dos senhores de engenho: os juros abusivos cobrados pelas casas comerciais e a falta de capitais para o atendimento das necessidades dos engenhos. Para Subrinho, a proximidade geográfica de uma importante praça comercial e financeira como Salvador, propiciou, num primeiro momento, a expansão da cultura canavieira; contudo, num segundo momento, a subordinou aos interesses comerciais das casas exportadoras sediadas em Salvador, inibindo o desenvolvimento do comércio de exportação e importação em Sergipe. Segundo o autor, não existiu um “capital açucareiro” à semelhança do “capital cafeeiro” que, extravasando os engenhos se dedicasse à comercialização, construção de estradas e de fábricas, por exemplo. A partir do quadro por ele delineado, apontava um frágil desenvolvimento das relações mercantis em Sergipe.

A noção de dependência econômica, que já começava a ser lapidada, ganhou mais força com o trabalho de Maria da Glória Santana de Almeida. Se nas publicações anteriores a “dependência” apareceu como plano de fundo ou como parte do desenvolvimento do trabalho, foi com a publicação, em 1984, da obra “Sergipe: fundamentos de uma economia dependente” que a referida noção se tornou o carro-chefe de uma análise sistemática sobre a economia sergipana. Almeida se preocupou exclusivamente com a estrutura portuária e a importância do setor exportador para o crescimento econômico de Sergipe entre 1823 a 1890. É com sua análise que a noção de “dependência econômica”, já lastreada em fontes empíricas, ganhou contornos teóricos-metodológicos e se consolidou como uma interpretação robusta sobre a economia sergipana. A perspectiva foi revisitada pela própria autora em 1993, com a publicação de “Nordeste açucareiro: desafio num processo do vir-a-ser capitalista”, fruto de seu doutoramento defendido um ano antes na Universidade de Brasília. As duas obras são o foco da análise desenvolvida neste texto.

Nota-se, lendo sua vasta produção acadêmica, o rico manancial de fontes empíricas utilizadas pela autora, resultado do esforço coletivo encabeçado pelo professor José Silvério Leite Fontes, que se inicia em 1971. Ele e um conjunto de professoras dos Departamentos de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe iniciaram, a partir desse período, um trabalho de organização da documentação cartorária e administrativa do estado (Sá, 2013; Oliva, 2018). Ao lado de Almeida, Diana Maria de Faro Leal Diniz, Beatriz Góis Dantas, Lenalda Andrade Santos, Terezinha Alves de Oliva e outros, empreenderam um enorme esforço, de acordo com Rosa Maria Godoy Silveira (1991), para compreender o território

sergipano, sua singularidade, balanceado entre as articulações mais amplas do seu recorte regional, e por sua vez, da economia mundial.

As pesquisas desenvolvidas por estes autores ainda são, hoje, incontornáveis. As agendas de pesquisa, os esforços analíticos, questionamentos e caminhos metodológicos ainda continuam influenciando e inspirando novas pesquisas da historiografia sergipana. A noção que propomos trabalhar surge desse esforço de pesquisa e de um diálogo com as principais tendências historiográficas da década de 80, do século XX. Essa explicação alicerçou trabalhos de uma geração de historiadores sergipanos, embora, nos últimos anos, se comece a notar um desconforto. Dentre outros exemplos, podemos citar Luís Siqueira (2016, p. 76), que analisando os capitães mores em Sergipe, no período de 1648-1743, apontou “as relações provenientes da pecuária, agricultura e atividade extrativista de sal contribuíram para a formação de um excedente econômico e de uma camada abastada”. Ou ainda Anderson Santos Pereira (2017, p. 93), que pesquisando os afortunados da cidade de Sergipe del Rei entre 1750 e 1808, pontuou que a incorporação da Capitania de Sergipe à administração da Bahia “fez surgir novos investimentos na economia, interligou praças comerciais, fez adentrar bens e mercadorias produzidos em diversas regiões do mundo e fez crescer a riqueza particular”. A percepção sobre a economia dos autores é distinta: para um não houve dependência, para o outro há uma interdependência.

O presente trabalho se propõe a tecer uma análise historiográfica sobre a noção de dependência econômica sergipana, localizando-a no debate historiográfico e em temas sensíveis da época na qual foi produzida (Bloch, 2002; Fontana, 1998). A partir desse exercício, observamos conjuntamente as novas contribuições dadas pela historiografia sobre um tema muito caro na análise de Almeida: o crédito. Tema este que na gestação da ideia de dependência econômica ainda era muito pouco estudado, mas que nos últimos anos tem sido pesquisado em várias localidades do país e levantou importantes discussões.

Para alcançar o nosso intento, subdividimos as páginas seguintes em cinco partes. Na primeira, compreenderemos a noção de dependência econômica sergipana entrelaçada com a teoria que a sustenta e as suas principais críticas. Adiante, nos esforçaremos para acompanhar a evolução do debate historiográfico sobre a economia brasileira, especialmente as críticas em torno do “sentido da colonização”, observando como as tendências historiográficas do período levaram Almeida a produzir uma nova explicação sobre a economia de Sergipe. No tópico seguinte,

acompanharemos os principais debates sobre a temática do crédito, acompanhado por uma discussão sobre moeda e instituições bancárias. Ao final, esperamos ter demonstrado que não há mais lugar para a noção de dependência, tal como estruturada por Almeida, na economia sergipana.

Fundamentos de uma economia dependente

A noção de dependência econômica sergipana foi sistematicamente formulada por Maria da Glória Santana de Almeida, no livro “Sergipe: fundamentos de uma economia dependente”, publicado em 1984. Seu esforço de pesquisa é um dos primeiros a tocar na temática do crédito e endividamento em Sergipe, orientado pela seguinte problemática: quem são os financiadores da expansão da lavoura canavieira sergipana? Suas questões norteadoras partiam do entendimento que Sergipe integrava a economia do nordeste brasileiro, uma porção da economia brasileira que, por sua vez, estava relacionada com uma regionalização mais ampla, a América Latina e a sua posição na Economia Mundial.

A compreensão da América Latina, no século XX, passava por uma série de formulações teóricas que buscavam explicações para a origem do seu subdesenvolvimento. O termo, que seria fruto de elaborações mais densas ao longo dos anos, inicialmente refletiu a diferenciação, no que se refere a concentração de renda, qualidade de vida da população, acesso a determinados itens de consumo, que se tornaram ainda mais evidentes no pós-guerra e no contexto de descolonização da Ásia e África (1946-1965). É nesse contexto que surgem dois debates interligados: uma, sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento; outra, sobre a função do Estado em propor um planejamento econômico com procedimentos mitigadores, levado a cabo pela incorporação da ciência econômica nos planos e ações governamentais (Hobsbawm, 2013; Furtado, 2009).

Como uma das medidas para implantar núcleos de planejamento econômico, foi criada em 1948, pela ONU, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). O principal objetivo era acompanhar e auxiliar políticas e ações do governo direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico na América Latina. A CEPAL se desenvolveu como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais dos países latino-americanos, a médio e longo prazo, incorporando em seus grupos de trabalhos os principais intelectuais da época, com destaque para o argentino Raul Prebisch, responsável pela criação do método estrutural que encabeçou as ações da comissão (Bielschowsky, 1998).

A agenda de reflexão iniciada por Prebisch se baseou no reconhecimento de uma profunda transição observada nas subdesenvolvidas economias latino-americanas: a mudança do modelo de crescimento primário exportador para o modelo urbano industrial. Em contraste com Rostow (1961), Prebisch (1998) não considerou o desenvolvimento dos países latino-americanos parte de um processo universal de desenvolvimento, mas um processo sem precedentes, cujas implicações históricas foram definidoras de experiências específicas da região, resultando em consequências e resultados diferentes daqueles observados nos países centrais. A proposta era, portanto, investigar o modelo exclusivo da transição mencionada para os países latino-americanos.

Prebisch (1998) desenvolveu um conjunto de ferramentas metodológicas para investigar o problema em questão, tendo como elemento primordial a oposição entre centro e periferia. De acordo com Ricardo Bielschowsky (1998), a periferia designa um padrão específico de integração na economia global, no qual a produção de bens e serviços tem demanda internacional pouco dinâmica, enquanto a importação de bens e serviços tem demanda doméstica em rápida expansão. A periferia também é caracterizada pela adoção de um padrão de consumo e tecnologia adequado ao centro, mas inadequado à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da própria periferia. Além disso, apresenta uma configuração espacial da economia global com características próprias, bem como um modo específico de industrialização, progresso técnico, crescimento e distribuição de renda e absorção da força de trabalho. Portanto, a CEPAL utilizou essa estrutura conceitual para conduzir seus trabalhos, contando com a participação de grandes intelectuais, como o já referido argentino Raúl Prebisch, o chileno Anibal Pinto e os brasileiros Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.

As diferenciações econômicas e sociais vistas nos países latino americanos, além do próprio debate sobre a transição e a aceitação de técnicas de planejamento, também foram observados internamente. O problema dos desequilíbrios regionais aflorou no Brasil em fins da década de 50, incentivados, de acordo com o diagnóstico de Wilson Cano (2007), pelo aumento de dados censitários que apontaram a concentração industrial em São Paulo - em torno de 56% - e as diferenças significativas no tocante a taxa de crescimento econômico regional. No mesmo período, as grandes secas ampliaram significativamente o número de retirantes nordestinos e impulsionaram a discussão do problema no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Como medidas mitigadoras, foram criados o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do

Nordeste (GTDN) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ambos liderados por Celso Furtado.

Furtado, no documento “A operação Nordeste” (1959), destrinchou o que acreditava ser a gênese do problema do Nordeste, com base na análise do seu processo de formação histórica. Para o autor, desde o século XVI, se formou no Nordeste uma economia de exportação, localizada na zona da mata, com ritmo de crescimento orientado pela demanda externa. A economia açucareira foi caracterizada pela monocultura, latifúndio e alta concentração da renda, características que impediram a formação de um mercado interno expressivo e sem ele, a impossibilidade de transição de uma economia de exportação para uma economia industrial.

Para Furtado (1959), o Nordeste passou a constituir uma economia ausente de impulso de crescimento quando o açúcar entrou em estagnação. Embora continuasse a expandir horizontalmente, especialmente devido ao aumento demográfico, a população se deslocava cada vez mais para a região do semiárido, caracterizada pela economia de subsistência, terras de inferior qualidade e mais sujeitas ao fenômeno das secas. De acordo com o autor, foi justamente o aumento populacional na região da caatinga que transformou a seca numa calamidade social. Para solucionar o problema, além de industrializar a região, era necessário mudar sua estrutura econômica através de uma reforma da estrutura agrária da zona úmida, bem como a transformação da economia das zonas semiáridas e o deslocamento da fronteira agrícola.

Os diagnósticos e discursos que eram proferidos sobre a região nordeste, como apontado por Rosa Maria Godoy Silveira (1984), apontavam-na como um espaço em crise, com uma transição incompleta, ou não iniciada, sempre contrastada com outro espaço regional. Seu desenvolvimento, tal como a da América Latina, dependia de impulso externo. A realidade latino-americana e os discursos produzidos foram imprescindíveis para a formação de um ideário comum que influenciou a criação do livro “Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina (1967)”, de André Gunder Frank, que depois se consolidou em um capítulo importante da Teoria da Dependência Latino Americana (Santos, 2020).

Para Frank (1967), o subdesenvolvimento foi produto de quatro séculos de desenvolvimento capitalista e de contradições internas do próprio capitalismo. Nesse ponto, é importante destacar uma noção básica de seu pensamento: o capitalismo existe desde o século XIV, quando, nas colônias, se implantou um sistema de extração de excedente econômico. A partir dele, se

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 32, jan. - jun 2023.
ISSN: 1982 -193X

criaram três contradições internas responsáveis pelo subdesenvolvimento: (1) apropriação do Excedente Econômico, (2) polarização entre Metrópole e Satélite, ligada ao fluxo de excedente; (3) a continuidade e aprofundamento das contradições.

A dependência, resultado histórico da expansão do capitalismo, não se manifestava apenas externamente, mas também na estrutura interna. De acordo com André Gunder Frank (1967), o sistema econômico mundial seria formado por uma cadeia de metrópoles e satélites. Para ele, uma localidade central a nível nacional ocupava, internamente, a posição de metrópole, mas a nível internacional se configurava enquanto satélite. Logo, seu desenvolvimento não era autônomo, mas limitado. Tratava-se, portanto, de um desenvolvimento subdesenvolvido ou, noutro termo, dependente.

Tais noções fizeram André Gunder Frank (1967), refletindo sobre a região norte e nordeste do Brasil, apontar que a origem de seu subdesenvolvimento estava na ultra incorporação das regiões à zona econômica, ou seja, nos fortes laços de dependência criados pela orientação da economia para o mercado exportador. As raízes do subdesenvolvimento do Nordeste, para Gunder Frank, estavam na precária economia de subsistência e na orientação da economia regional para o cultivo de açúcar e, depois, de algodão.

Utilizando-se desse arcabouço interpretativo, Maria da Glória Santana de Almeida destacou a ausência de um comércio internacional direto em portos locais como responsável pela submissão financeira ao mercado baiano, a fim de explicar a origem de capitais investidos na expansão da lavoura canavieira em Sergipe. Para ela, o aumento no número de engenhos, verificado na primeira metade do século XIX, estava diretamente ligado a estrutura de fiscalidade montada em fins do século XVIII — a criação da Mesa de Inspeção (1751) e a subordinação política de Sergipe à Capitania da Bahia (1763) —, sendo os comerciantes baianos os investidores e beneficiários diretos da expansão açucareira em Sergipe. Maria da Glória deixaria a sua concepção teórica muito clara no título de uma de suas obras “Sergipe: fundamentos de uma economia dependente” e em um trecho da introdução do livro:

Não partimos da concepção de uma região que enfrenta problema em decorrências das suas aparentemente poucas possibilidades econômicas: pequenas áreas para formação de grandes latifúndios açucareiros, inexistência de minas de ouro ou diamantes ou qualquer outra possibilidade econômica que fez a fortuna de algumas regiões na fase colonial. Temos como suposto que o não aproveitamento de suas terras logo após o descobrimento e as dificuldades enfrentadas pela Província para se afirmar política e socialmente decorreram do próprio desenvolvimento do capitalismo. Embora integrada ao sistema mundial que a obrigou a assumir a posição de

fornecedora de produtos de grande aceitação nos mercados internacionais, a Província de Sergipe o fez como satélite de outros satélites nacionais. Na cadeia de formação das metrópoles/satélites do capitalismo mundial, a pequena Província [Sergipe] passou a ocupar uma escala inferior, buscando desenvolver-se como dependente de outro satélite brasileiro [a Bahia]. Em consequência dessa dependência, Sergipe representa um modelo de subdesenvolvimento, acentuado pelo próprio subdesenvolvimento da região em que está inserida (Almeida, 1984, p. 15).

Ao falar em submissão financeira baiana, a autora destacava o quase monopólio da Bahia na comercialização dos produtos agrários sergipanos contabilizados através dos dados coletados nos Relatórios dos Presidentes de Província. Tal fato, para Almeida, gerou o controle financeiro da Bahia. A prova cabal da dependência era o “alheamento do proprietário sobre o controle contábil dos seus ganhos e gastos” (Almeida, 1984, p. 168). Ou, dito de outro modo, as menções nos inventários post-mortem sobre “dívidas cujo montante não sabem ou em créditos cujo valor desconhecem, mas que em seu devido tempo o senhor x, ou o comprador do seu açúcar saberá apresentar”. Como veremos, estudos aprofundados sobre o crédito, temática que no momento da feitura do livro ainda era muito pouco estudada, compreendem essa questão de uma outra forma.

Nos centraremos, neste momento, na concepção teórica da autora. De acordo com a leitura de Carlos Sempat Assadourian (1973), a análise de André Gunder Frank era alicerçada por três importantes noções: (1) o único modelo de crescimento das economias regionais latino-americanas gira em torno dos mercados externos; (2) a uma construção analítica incorreta de que o sistema feudal era uma economia fechada, sem conexões com outros lugares, e que o sistema capitalista era uma economia aberta, repleta de conexões econômicas; (3) uma leitura do período de 1822 a 1860 como um período em que nos espaços coloniais se deu a luta do capitalismo nacional para lograr a independência econômica.

O modelo interpretativo de Frank sofreu grandes críticas: o entendimento de capitalismo e a sua localização histórica; a ênfase na circulação e no excedente econômico; a negligência ou omissão do modo de produção e/ou das formas econômicas sociais dos espaços coloniais (Laclau, 1988; Cardoso, 1980). Juan Carlos Garavaglia (1973) apontou que o conceito marxista de modo de produção designaria um modelo explicativo: um conjunto elaborado de hipóteses nas quais se observam os elementos comuns a uma série de sociedades que se consideram do tipo similar; ao passo que o conceito de formação econômico social fazia menção a uma realidade concreta e possível de localização histórico temporal. Esses dois conceitos, na teoria

do materialismo histórico, são articulados de forma dialética e formam juntas uma totalidade que ajuda a dimensionar a compreensão das análises históricas.

De forma didática, Jacob Gorender (2016) indicou que o modo de produção constitui uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais. Fases distintas e interpenetradas no fluir de um processo único. Neste processo, a produção é o princípio organizador e formador da organização social dos homens. Deste entendimento, se abstraem duas categorias: as relações de produção - relações econômicas que se estabelecem no processo produtivo - e força produtiva - a relação entre os homens e os elementos materiais. Ambas as categorias, relacionadas, são responsáveis por dar unidade e, ao mesmo tempo, são os princípios transformadores do modo de produção. O conceito de formação econômica e social, por sua vez, é envolvido pelo modo de produção e expressa uma totalidade dinâmica, envolvida em um processo histórico de continuidades e discontinuidades, que envolve diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade (Sereni, 1976; Gorender, 1980).

O debate sobre o modo de produção na América Latina refutou dois dos pontos principais do modelo explicativo proposto por Gunder Frank: a localização histórica do capitalismo e a ênfase na extração de excedente econômico. Houve um esforço intelectual para entender a história colonial latino-americana, resultando na formulação de uma totalidade que permitisse a compreensão das especificidades econômicas. Theo Santiago (1988) destacou o problema historiográfico das décadas de 70 e 80, afirmando que era necessária uma caracterização que não se resumisse ao uso simplista da noção de feudalismo, dada a impossibilidade de caracterizá-la como uma economia já capitalista. Ciro Flamarion Cardoso foi o primeiro a abordar essa questão e formular uma discussão sobre o modo de produção colonial, seguido logo depois por Jacob Gorender e a teoria do "escravismo colonial".

Ciro Flamarion Cardoso (1988), lançou-se no desafio de esboçar teoricamente as etapas que deveriam ser empreendidas para a formulação do modo de produção colonial. Para tanto, enumerou três investigações necessárias para a construção do modo de produção colonial: 1) estudo dos elementos formadores da América Colonial; 2) estudo dos fatores que condicionaram a formação econômica e social, enumerando o fato colonial, a conquista e o tráfico de escravizados; 3) estudo dos fatores variáveis segundo as regiões: dados da geografia, tipo de atividade econômica, técnicas de produção e etc. Para ele, a formulação de um modo de

produção colonial dependeria do avanço dos estudos em tais questões, que eram, no entendimento de Cardoso, ainda muito lacunares. Apesar da falta de informação sobre muitas das questões colocadas, apontava a necessidade de propor sínteses parciais ou provisórias para orientar investigações de forma frutífera.

Gorender (2016) elaborou as características gerais do modo de produção específico dos espaços coloniais: o escravismo colonial. Sua obra inaugurou a criação de um modo de produção novo, específico no tempo e espaço, baseado na plantagem, escravidão e produção mercantil, diferindo-se do escravismo clássico, do feudalismo e do capitalismo. Ao falar em plantagem, o autor referia-se a um tipo específico, a plantagem escravista colonial, que organizava toda a estrutura produtiva dos espaços coloniais do século XVI ao XIX. Ela possuía características bem delimitadas: (a) organização econômica voltada para abastecer o mercado mundial; (b) forma de organização econômica em que o trabalho era organizado através de um comando unificado, com uma disciplina rigorosa e com tarefas integradas, (c) conjugação do cultivo agrícola e beneficiamento do produto, (d) divisão do trabalho quantitativa e qualitativa. Nesta plantagem, a escravidão constituiu-se enquanto força de trabalho principal, tendo o tráfico e a formação de um mercado lucrativo a sua motivação principal.

Os debates em torno do modo de produção no Brasil postularam uma importante contribuição metodológica. Jacob Gorender (1980) advogava a inversão de perspectiva da investigação que deixava de ser “do externo para o interno”, o que conduzia a uma economia colonial vista como apêndice do sistema mundial, para ser construída do “interno para o externo”. Essa mudança de enfoque era capaz de construir uma compreensão dos espaços coloniais com suas características próprias e seu dinamismo interno, sem perder de vista o entrosamento com o sistema mundial. Tal debate produziu, como consequência, o deslocamento da noção de dependência: da superestruturação de Gunder Frank a uma interpretação correlata à relação econômica.

Em “Sergipe: fundamentos de uma economia dependente”, Maria da Glória Santana de Almeida realizou o encaixe do modelo interpretativo de André Gunder Frank nos dados tabulados. Ao fazê-lo, construiu uma análise econômica de Sergipe “de fora para dentro”. Característica que se repete no livro “Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista (1840-1875)” (1993). Apesar de usar o mesmo enfoque metodológico, Almeida revisita a própria tese e a reformula, incorporando os debates historiográficos recentes, como veremos no próximo tópico.

Sentido da colonização e o mercado interno

Um balanço recente sobre a historiografia econômica brasileira foi produzido por Luís Fernando Saraiva e Rita Almico (2021). Os autores organizaram a produção historiográfica, até 2020, em quatro gerações, abordando suas principais contribuições em ordem cronológica e como estas se relacionaram ao projeto político e econômico do país no momento em que foram produzidas. A análise de Saraiva e Almico formulou importantes reflexões sobre o estado atual das interpretações sobre o passado colonial, mas como nosso foco é compreender o cenário historiográfico no qual Maria da Glória Santana de Almeida estava inserida no momento da escrita de “Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista” (1993), nos limitaremos em três escolas, ou seja, como o passado colonial era compreendido entre 1940 e 1990.

O Antigo Sistema Colonial (1940-1970) foi apontado como a primeira geração historiográfica, encabeçada por Caio Prado Júnior, com a obra *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo* (1942) e Celso Furtado, com a obra *Formação Econômica do Brasil* (1959). Em linhas gerais, como bem sintetizado por Saraiva e Almico (2021), o caráter mercantil e escravocrata da colonização portuguesa atribuíram a condição da evolução do Brasil como uma economia dependente do mercado internacional, com um mercado interno insignificante e sem a possibilidade de acumulação endógena, vide a extração de riquezas pela metrópole. Como traço desses trabalhos é observado a ênfase nas atividades exportadoras, a escassez monetária e uma interpretação de crescimento econômico que estava sempre vinculada às condicionantes externas. Foram esses ensaios que deram sustentação para explicações cepalinas que promoveram, como já vimos, importantes propostas de intervenção na realidade econômica brasileira na década de 60.

Com a criação das universidades e a profissionalização de pesquisas em história e economia surgiram evidências empíricas de uma economia mais complexa. Saraiva e Almico (2021) apontaram que as pesquisas de Alice Piffer Canabrava (1942), Mafalda Zemella (1951) e Myriam Ellis (1955) expuseram a existência de um mercado interno significativo, em que o abastecimento, contrabando e a comercialização de produtos manufaturados proporcionou o enriquecimento dos grupos ligados à exportação. Com contribuições importantes que se apresentavam como aprofundamentos de questões pouco estudadas ou exceções, seus estudos reunidos formaram a segunda geração historiográfica (1950-1970) que apresentou as fissuras

do modelo interpretativo do antigo sistema colonial, embora sem apresentar críticas sistemáticas.

As críticas ao sentido da colonização começaram a surgir no final do século XX, especialmente a partir da década de 1980, ancorado em um intenso debate que buscava apreender especificidades da dinâmica econômica colonial. Ciro Flamarion Cardoso (1980) apontou que sociedades coloniais precisavam ser compreendidas como integrantes de um sistema mais amplo, devido ao “fato colonial”. Entretanto, para o autor, era indispensável observar que a conquista e colonização criou nos espaços coloniais uma sociedade cuja estrutura interna foi alicerçada por uma lógica que não se reduz exclusivamente à sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles europeias. Por isso, a concepção de partes constitutivas de conjuntos mais amplos é central, mas insuficiente. Para Cardoso era preciso analisar as estruturas internas e seu funcionamento. Antônio Barros de Castro (1980, p.88) é ainda mais enfático, “a forma pela qual os interesses externos atuam sobre a colônia passa a depender primeiramente da sua solidez e da sua estrutura interna”.

Tais apontamentos se juntam a críticas mais amplas e sistemáticas sobre a Teoria da Dependência e a interpretação cepalina do passado colonial, especialmente nos escritos de Francisco de Oliveira. Esse influxo, como apontado por Saraiva e Almico (2021), originou uma interpretação distinta, da terceira geração (1970-1980), tendo como principais expoentes Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. A contribuição da referida escola, o modo de produção escravista colonial, já foi apresentada no tópico anterior, junto a sua proposta de inversão metodológica.

As reflexões elencadas, bem como atuação de Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda Linhares sedimentaram, mais tarde, o que foi chamada de História Social da Agricultura, e o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa que versava sobre a estrutura agrária, sistema de abastecimento e mercado interno (Flamarion, 1979; Linhares E Silva, 1981; Mota, 2010 E Pedroza, 2019). De acordo com Linhares e Silva (1981), se o nascedouro da agricultura no Brasil teve início com a colonização, subordinada aos interesses externos, a expansão das fronteiras internas e do seu mercado de abastecimento, que acompanhou o aumento demográfico a partir da terceira década do século XVIII, não podia ser desprezível. Uso e posse da terra, regimes agrários, hierarquias sociais, movimentos demográficos, cultivos, solos, climas, abertura de estradas, interiorização da economia monetária, organização do comércio

de gêneros de abastecimento, abertura de estradas e estruturas de consumo, vistos enquanto totalidade, eram elementos indispensáveis para balizar as características do mercado colonial. Para tanto, pesquisas com recorte regional eram imprescindíveis.

A tese de João Fragoso intitulada originalmente “Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial (1790-1888)”, defendida em 1990, versava com a proposta de trabalho elaborada por Linhares e Silva. A primeira parte do seu estudo se debruçou sobre a praça mercantil do Rio de Janeiro entre os anos de 1790 e 1830 e trouxe como resultados a presença de um mercado interno, de acumulações endógenas e de uma comunidade mercantil residente, elementos que comprovaram empiricamente que a dinâmica interna não era determinada totalmente pelos interesses externos. Mostrou que a dinâmica interna de uma formação colonial operou com relativa autonomia frente ao mercado internacional, principalmente pela possibilidade dessa formação controlar ao menos parte de seus mecanismos de reprodução. A existência de capital autônomo redefiniu o estatuto da dependência: controlado endogenamente, se transformou em mecanismo de acumulação e de reiteração das desigualdades econômicas e sociais.

A capacidade de acumulação endógena e a existência de um mercado interno estava atrelada à concentração creditícia nas mãos dos comerciantes e instituições religiosas (Flory, 1978; Russel-Wood, 1981; Mattoso, 1992). Maria da Glória Santana de Almeida incorpora tais contribuições no livro “Nordeste açucareiro: desafio num processo do vir-a-ser capitalista”, publicado em 1993. Nessa obra, a autora traça um quadro geral dos financiadores internos da expansão da cultura canavieira: estabelecimentos de caridade e ordens religiosas, firmas comerciais estabelecidas em Sergipe, proprietários de engenho bem-sucedidos e comerciantes voltados para o abastecimento interno.

Os trabalhos citados produziram, de acordo com Ângelo Carrara (2020), uma inflexão em consensos historiográficos sobre o crédito. Ainda que não fossem suficientes para demolir a noção de que a moeda no Brasil Colonial era escassa, e que diante dessa realidade o crédito era indispensável, quadro que só vai ser alterado mais recentemente, ajudou a contrapor a noção de que os grandes produtores rurais eram subordinados aos comerciantes. Almeida, incorporando esse debate, considerou o crônico endividamento, antes interpretado como uma das molas propulsoras da dependência econômica, como um elemento da dinâmica própria de economias atuantes.

Apesar de visualizar um processo de acumulação interna, Almeida (1993) não conseguiu se desprender de algumas noções básicas da Teoria da Dependência — como por exemplo, a noção que produtos importados eram mais onerosos que a produção exportada — e a preocupação com a origem dos capitais que levaram ao financiamento da expansão da lavoura canavieira. Esses fatores levaram a autora a reformular a tese de dependência econômica sergipana. A entrada violenta de capitais privados, com ênfase nas firmas estrangeiras, a ausência de um porto atlântico, os altos juros cobrados e, por fim, a falta de instituições bancárias seriam, de acordo com Almeida, as características basilares para a submissão financeira sergipana ao mercado baiano. Características apontadas por Subrinho (1983) anos antes e que apareciam de forma recorrente nos jornais e relatórios de presidente de província.

Um outro tratamento à questão surgiu com a apuração do que era comercializado para Sergipe a partir do porto atlântico de Salvador e os montantes envolvidos na venda dos produtos agrários sergipanos (Menezes, 2015; Santos, 2017; Santos, 2022). Além disso, debates em torno da montagem de uma unidade agrícola e a necessidade de terras, equipamentos e escravizados complexificaram a questão que deixou de ser pensada apenas em termos de financiamento. Observava-se que a compra não era a única forma de aquisição desses bens. Doações através de dote, transmissão de patrimônio via herança, bem como sua repartição ou não entre herdeiros, e a dinâmica da população escravizada — com destaque para a reprodução endógena —, apontam para características internas centrais para a compreensão da multiplicação dos engenhos de açúcar em Sergipe na primeira metade do século XIX (Santos, 2011; Malaquias e Leite, 2020; Farias, 2022).

É importante destacar que o trabalho de Josué Modesto dos Passos Subrinho (1992) já apontava a existência de um capital mercantil diversificado e da sua importância para o financiamento da produção e modernização da lavoura canavieira na segunda metade do século XIX. Tal ponto foi aprofundado por análises quantitativas mais recentes demonstrando o papel de centro distribuidor e financeiro da vila de Estância, sobretudo, a partir de suas relações econômicas com a Vila de Lagarto. Silva (2005) demonstrou a grande variedade de localidades encontradas nos balancetes dos negociantes estancianos, permitindo observar a dimensão da teia creditícia que era disseminada com a circulação de produtos e mercadorias a partir da vila de Estância. Santos (2004) observou a importância dos laços econômicos inter-regionais entre Estância e a Vila de Lagarto, o que é confirmado e endossado pelo estudo de Maciel (2014), para quem o

relacionamento entre estancianos e lagartenses garantiu parte da estrutura necessária para a implantação de culturas canavieiras no sertão médio sergipano.

Ainda que de forma circunscrita a Estância e Lagarto, os autores conseguiram demonstrar empiricamente a capacidade interna de acumulação e de autofinanciamento da economia sergipana. Sheyla Silva é a que mais se aprofundou na temática. Além de um capítulo da sua dissertação, produziu ainda dois artigos sobre a importância do crédito na composição da riqueza dos negociantes estancianos. Apesar de perceber que os negociantes de Estância eram também financiadores da produção rural, bem como das atividades mercantis, para a autora, “para poder investir nos empreendimentos locais, tornavam-se devedores de mercados maiores, neste caso da praça baiana”. Seus resultados apontam para a relação econômica entre Sergipe e Bahia produzindo uma situação que, em partes, remete à tese de dependência (Silva, 2008; Silva, 2019). Seus trabalhos explicam a ampla utilização do recurso creditício devido à escassez monetária, noção que passou por uma profunda revisão, como veremos.

Essa retomada da noção de dependência tem uma explicação: a própria compreensão do crédito. Merece destaque a necessidade de questionamentos basilares: o que é crédito? O que são dívidas? O que significou se endividar no século XIX? E por fim, quais as limitações dos inventários para a compreensão do tema? É observado, por exemplo, uma expansão dos estudos sobre crédito a partir dos anos 2000 (Carrara, 2020; Gil, 2021; Marcondes, Almico e Pereira, 2022). Fruto desse debate é o entendimento de que a presença de dívidas nos inventários denota uma negociação que estava em andamento e foi interrompida pelo falecimento de um indivíduo. O termo devedor, por sua vez, sofreu um deslocamento. O recebedor do empréstimo, mutuário, só se transformaria em devedor quando esgotado o prazo de pagamento e as formas costumeiras e legais de negociação. A mudança de perspectiva é central para a compreensão do papel do crédito na dinâmica econômica colonial e imperial, como veremos a seguir.

Crédito e o Funcionamento Econômico

Historiadores que se debruçaram nos registros notariais apontaram o crédito como uma das principais formas de pagamento (Santos, 2020; Souza, 2015). Ao mesmo tempo, uma outra frente de pesquisas, que partiam das cobranças de dívidas a partir dos processos judiciais, chamaram atenção para os acordos e negociações, por vezes conflituosas, entre credores e

devedores (Almico, 2009; Saraiva e Piñeiro, 2014; Penna, 2019; Souza, 2021; Santos, 2022). Suas contribuições, reunidas, apontam que o crédito é uma transação econômica que envolvia negociação entre no mínimo duas pessoas e uma promessa de pagamento. Por isso, o acordo, por vezes escriturado sob a forma de letras ou outros instrumentos, era celebrado no presente, mas apenas solucionado no futuro, deixando vestígios que permitiram aos pesquisadores acessarem o funcionamento econômico de espaços regionais.

O crédito encontrado em inventários *post-mortem* são apontados como dívidas ativas - valores a receber - e passivas - valores a pagar -, que apesar de serem contabilizados em cifras monetárias (mil réis), quando observados pela descrição, envolviam um conjunto de operações econômicas relacionadas com um conjunto de necessidades básicas dos sujeitos. Investigando as dívidas ativas e passivas sergipanas, por exemplo, encontramos um conjunto de créditos, ficas, obrigações, empréstimos, letras e convenções usurárias, que envolviam um cenário de compras fiadas, adiantamento de produção, trespasse, necessidade de dinheiro e outros (Santos, 2022).

Na historiografia brasileira ainda existem poucos trabalhos que analisam as minúcias das negociações creditícias, especialmente na primeira metade do século XIX. Se os inventários nos apresentam, na maior parte das vezes, o crédito sem o contexto das relações que o subjazem, as fontes processuais permitem observar os termos da negociação imersos em uma situação de litígio. As duas fontes, nesse caso, são complementares e cada uma revela aspectos importantes para a compreensão das práticas creditícias. Como destacado por Clemente Gentil Penna (2019), “os inventários abarcam os atores e as cenas finais, mas ignoram a trama e o enredo do filme” Os processos, por sua vez, de acordo com Rita de Cássia Almico (2011), revelam as razões dos empréstimos, as relações pessoais e familiares estabelecidas entre os agentes envolvidos, as razões de inadimplência dos devedores e as expectativas dos credores.

Portanto, há uma diferença enorme entre listar dívidas em inventários e estar endividado, já que o que é registrado é uma negociação interrompida pelo motivo do falecimento do indivíduo. Da mesma forma, a presença de dívidas com províncias vizinhas não pode ser interpretada como sinônimo de déficit comercial. Santos (2022^a), utilizando o mapa de produção, exportação, importação e consumo de Sergipe de 1800, observou que o valor das suas produções, em mil réis, era de 525:433\$500, dos quais 33,83% era consumido internamente e 66,17% era exportado pelos portos continentais sergipanos localizados em Estância, Cotinguiba, Cidade de

Sergipe del Rei e região são franciscana, especialmente para a Capitania da Bahia, mas também, através de Vila Nova, para a Capitania de Pernambuco. De acordo com o documento, Sergipe importava da Cidade da Bahia fazendas de algodão e linho, tecidos de seda e lã, ferragens, pólvoras, demais miudezas e alguns escravizados na monta dos 68:751\$631 réis. Este montante era saldado com apenas 19,77% do valor dos produtos comercializados, restando um saldo positivo de 278:928\$909 réis. O dever-haver mencionado em inventários e as execuções de dívidas informam fragmentos desta dinâmica comercial, mas não são as melhores fontes para o seu mapeamento, especialmente quando se observa casos de falência.

A análise processual de cobrança de dívidas revelou aspectos da estruturação da relação econômica entre os negociantes sergipanos e baianos. Correspondências periódicas, além do ir e vir de caixeiros e embarcações, deram o tom da intensa negociação, marcada por uma preocupação com a aceitação dos produtos pela clientela local e por uma escolha pautada nos gêneros que não ficariam encalhados nas casas comerciais. A fidelização do cliente delimitou as regras da relação: o negociante estanciano garantia que o pedido fosse enviado conforme as suas instruções, já o negociante baiano garantia o freguês e um fluxo constante, embora parcelado, do seu pagamento, seja em dinheiro ou em produtos, principalmente o açúcar (Santos, 2022^a e Santos, 2022^b).

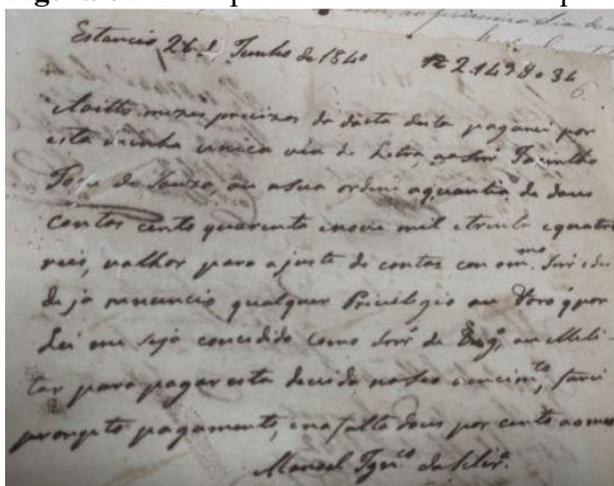
Conforme os apontamentos de Santos (2022^b), as ações de crédito abertas no Sul sergipano, entre 1800 a 1849, demonstraram que negociações e trespases deram o tom de uma economia efervescente, movimentada por um conjunto numeroso de dívidas, tocadas majoritariamente pelos negociantes locais. Nota-se que, por meio da relação econômica, baseada na estruturação comercial e na capacidade de pagamento dos agentes, era possível ter acesso ao crédito. A fonte ainda apontou a estreita relação entre as cobranças judiciais e a ocorrência das letras da terra, principal registrado escriturado das dívidas sergipanas. Essa relação foi intensificada na década de 40, após as transformações políticas e econômicas oitocentistas, especialmente das medidas legislativas que buscaram normatizar e expandir o mercado de crédito no Brasil Imperial, como pode ser visto nos trabalhos de Saraiva e Piñeiro (2014), Penna (2019) e Souza (2022).

Luiz Fernando Saraiva e Théo Lombarinhas Piñeiro (2014) analisaram o mercado de crédito da cidade do Rio de Janeiro, por meio das ações de execução abertas entre 1821-1850. Os autores apontaram a posição angular dos segmentos mercantis nos empréstimos e financiamentos da economia, bem como a recorrência ao aparelho judiciário para cobrança das dívidas, antes

mesmo do Código Comercial de 1850. Chamaram atenção, ainda, para o fato de que boa parte das transações cobradas judicialmente nesse período foram feitas sem o acionamento da hipoteca e a existência em 96,41% das cobranças das letras promissórias.

Clemente Gentil Penna (2019), analisando o mercado creditício da cidade do Rio de Janeiro, observou a alta circulação de uma pluralidade de instrumentos e operações de crédito. Penna postulou a complementaridade dos diferentes tipos de instrumentos creditícios. Operações de crédito tocadas pelos negociantes de grosso trato e traficantes de escravizados, operações de crédito eclesiástico ou de irmandades religiosas, crédito hipotecário, empréstimos feitos com letras e vales, empréstimos por penhor, fiado, empréstimos bancários, institucionais, além dos empréstimos privados e informais, formavam um mercado creditício complexo e interligado. Para verificar sua tese, centrou sua análise em dois tipos: o penhor e as letras. Para Penna, tudo que tivesse algum valor monetário — imóveis, escravos, joias, utensílios domésticos, serviço de libertos e africanos, salários e herança para receber — poderia ser convertido em crédito. O autor chama atenção para como a justiça, através dos processos de penhora, conseguiram facilmente converter as dívidas em bens materiais novamente. Tal estruturação e a alta conversibilidade garantiam uma grande circulação de letras e, por conseguinte, a movimentação econômica da cidade.

Figura 01: Exemplo de uma letra da terra que circulava em Sergipe no ano de 1840



- 1 Estância, 26 de junho de 1840 Rs: 2.149\$034
- 2 A oito meses precisos da data desta pagarei por
- 3 esta minha única via de Letra, ao senhor Jacintho
- 4 José de Souza, ou a sua ordem, a quantia de dois
- 5 contos cento e quarenta e nove mil e trinta e quatro
- 6 reis, valor para ajuste de contas com o mesmo senhor e des-
- 7 de já renuncio qualquer privilégio ou foro que por
- 8 Lei me seja concedido como senhor de engenho ou mili-
- 9 tar para pagar esta dívida no seu vencimento, farei
- 10 pronto pagamento, e na falta dois por cento ao mês.
- 11 Manoel Ignacio da Silveira.

Fonte: AGJSE, Estância, Assigação de dez dias, n.441, doc. 11.

As letras ganharam destaque nessas investigações. Consideradas a principal comprovação escriturada das dívidas manejadas entre diferentes sujeitos; vistas no bojo de uma série de transformações políticas e econômicas que ocorreram na primeira metade do século XIX, imersas a uma série de medidas que buscavam regulamentar o mercado creditício em expansão

(Saraiva e Piñeiro, 2014). De acordo com Fábio Rogério Cassimiro Corrêa (2020), circulavam dois tipos de letras: a da terra e a de câmbio. A letra da terra, de acordo com o autor, foi instaurada no final do século XVIII, e era utilizada em transações internas no Brasil, aparecendo na documentação de época apenas como “letras”. Já as letras de câmbio, envolviam operações com outros países, compreendendo uma conversão entre moedas distintas. Penna (2019), observando as letras que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, entre 1820 e 1860, apontou a predominância das letras da terra. De acordo com o autor, elas poderiam ser utilizadas como ordens de pagamento ou comprovantes de empréstimos, funcionando como uma espécie de nota promissória. Seu funcionamento era bem mais simples do que as letras de câmbio. Nestas, “havia a presença da figura do sacador, que adiantava seu valor e ficava de posse da letra, e do aceitante ou tomador, que recebia o valor e assinava a letra reconhecendo o débito” (Penna, 2019, p. 233-236).

Elizabeth Santos de Souza analisou os litígios impostos na Casa de Suplicação na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1821. A autora apontou uma ligação entre os registros escriturados, especialmente letras e obrigações, e as ações interpostas. Esses instrumentos garantiam certa segurança para o credor em momentos de litígio, já que a sua apresentação era uma prova cabal da negociação celebrada entre as partes. Os dados mostram que as instituições judiciais foram importantes para gerenciar casos de inadimplência do mercado creditício, constituindo, portanto, uma esfera central para entender o comportamento dos agentes e as características basilares do mercado creditício.

Outro debate aberto por essa perspectiva é o da cobrança de juros. Tradicionalmente, o crédito foi tratado na historiografia como usura. Claudinei Magno Magre Mendes (2007) indicou que a relação entre crédito e usura se baseava na crítica que os cronistas de época imputavam aos comerciantes por emprestarem dinheiro ou venderem fiado com juros “altíssimos”. Ou seja, a associação entre crédito e usura era um estigma, cabendo uma investigação pormenorizada sobre a cobrança de juros. Rita de Cássia Almico (2009), por exemplo, estudando o crédito em Juiz de Fora, apontou que os juros arbitrados em empréstimos em dinheiro eram definidos de acordo com o prazo e as garantias de recebimento. Portanto, a cobrança de juros envolvia um raciocínio que balanceava os riscos e ganhos daquela operação, baseada ainda nas regras legais e costumeiras da sociedade oitocentista.

Esses trabalhos ajudaram a pensar o crédito, especialmente as letras, como um importante instrumento monetário, o conectando com outras questões ligadas ao espaço econômico e seu funcionamento. O que nos leva a uma importante questão: como crédito, moedas e instituições bancárias se relacionavam nessa complexa realidade econômica?

Instrumentos monetários e instituições bancárias

Um conjunto de pesquisas observou que o endividamento não era reflexo da escassez monetária - existente apenas em algumas circunstâncias e não generalizada como se pensava - e passava a ser compreendido como partícipe de uma realidade econômica diversificada (Lima, 2005 e 2021; Carrara, 2010; Lima e Sousa, 2017; Santos, 2020). Nesta, como apontou Ângelo Carrara (2010), existia uma diversidade de formas de pagamento, como moedas de ouro, prata e cobre, moeda de conta — dívidas escrituradas — e moedas da terra — produtos agrários, como farinha e açúcar.

Maria Bárbara Levy e Ana Maria Ribeiro de Andrade (1985) chamaram atenção para as letras da terra emitidas por particulares que passaram a circular desde o final do período colonial e suplementar a moeda emitida pelo Estado Português. As letras da terra, entendidas pelas autoras como moeda de crédito privado, satisfaziam as necessidades dos fluxos de pagamentos e agilizavam a circulação de mercadorias. Outras pesquisas, apontadas no tópico anterior, também destacaram a importância das letras na movimentação financeira oitocentista no Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia. Entretanto, todas as formas de pagamento vigentes eram contabilizadas de acordo com a unidade monetária vigente, os mil-réis.

Para compreensão do papel da moeda metálica é importante observar, como destacado por Fernando Cerqueira Lima (2005 e 2017), que ela era produzida em três tipos de metais que desempenhavam funções distintas. As moedas de ouro e as de prata de alto valor unitário eram utilizadas para transações internacionais e entre grandes comerciantes, enquanto as moedas de prata de menor valor eram usadas para pagamentos de impostos, salários, aluguéis, compra de bens e serviços, entre outros. As moedas de cobre, por sua vez, eram usadas como troco em pequenas transações comerciais e para esmolas. Assim, moedas de ouro não eram adequadas para transações de pequeno valor, enquanto moedas de cobre não podiam ser legalmente usadas em pagamentos acima de determinado valor. As moedas de prata de valor intermediário eram

mais versáteis, podendo ser usadas em ambas as situações. Por vezes, conforme Lima (2022), podia faltar moeda de cobre, mas as de ouro e prata, utilizadas para grandes transações, tinham uma circulação regular.

Magnus Roberto Pereira e Joacir Navarro Borges (2010) destacaram a importância de se pensar no calendário das safras e entressafras na dinâmica econômica e social. Os autores, observando o ciclo agrícola, pontuaram que os meses correspondentes ao final do inverno, primavera e verão foram centrais por se constituírem momentos em que parte da população se dedicava ao preparo da terra, à sementeira e ao cuidado com a lavoura até a colheita e a comercialização do produto, quando era o caso. Para iniciar a moagem da cana, em Sergipe e em todo Nordeste açucareiro, era necessário esperar em média 14 a 18 meses (Schwartz, 1988; Amaral, 2007). Em certo sentido, o ciclo natural também marcava, nos períodos iniciais, a maior necessidade de recursos, o estabelecimento de relações de trabalho e/ou parceria e, ao final, quando do recebimento do produto da safra, a possibilidade de quitar as dívidas adquiridas ao longo do período, assim como realizar novos investimentos.

Como destacado por Santos (2022^b), o ciclo agrícola foi central em uma sociedade agrária e se relacionou diretamente com a circulação monetária, já que para acessar o dinheiro em espécie, o produtor precisava vender seu produto. Esse processo poderia ser abreviado, caso ele conseguisse, na loja comercial mais próxima, comprar fiado os itens que ele necessitava - alguns gêneros alimentícios, bebidas e ferramentas, por exemplo. Em alguns casos, o comerciante poderia até emprestar alguma quantia em dinheiro para pagamento de impostos, comprar carne, realizar o pagamento da anuidade de sua irmandade religiosa, ou ainda, em casos inesperados, como morte ou doença, arcar com despesas médicas, funerais e religiosas. Como pagamento, receberia gêneros agrários, que por sua vez seriam reunidos e comercializados em suas próprias lojas, sendo também enviados, conforme acerto com seus fornecedores, como forma de pagamento. Tal estruturação garantia a concentração monetária metálica em mãos de grandes produtores, comerciantes e instituições religiosas.

Portanto, essas duas características, sazonalidade das economias agrárias, por um lado, e grande concentração e o fluxo de circulação monetária metálica, por outro, conjugadas, garantiram uma diversidade de formas de pagamento. No mesmo espaço econômico havia a possibilidade de se transacionar em negociações à vista ou a prazo, quitadas com moeda metálica, trespassar

dívidas - especialmente as bem escrituradas sob a forma de letras - ou comprometer a produção da safra vindoura.

Levy e Andrade (1985) postularam seis grandes áreas de circulação distinguidas pelas cidades portuárias e suas posições na estrutura econômica ou, ainda, em função de uma certa homogeneidade de signos de valor em circulação. (1) A Cidade do Rio de Janeiro, que estendia seu raio de ação para as regiões fronteiras de Minas Gerais, Espírito Santos e São Paulo; (2) A cidade de Salvador, que estendia seu raio de ação para Sergipe, parte de Alagoas, Espírito Santo e o norte de Minas Gerais; (3) A cidade de Recife, que por sua vez, abarcava a Paraíba, Rio Grande do Norte e parte de Alagoas e Ceará; (4) O extremo norte, encabeçado pelas cidades de Belém e São Luiz, que mesclavam as moedas privadas, moedas emitidas pela Fazenda Pública e moedas estrangeiras, especialmente peruanas e mexicanas; (5) O extremo sul, encabeçado pelas cidades do Rio Grande, Pelotas, São Gabriel e Santa Maria, que também tinha uma circulação de moedas estrangeiras bem demarcada. Para as autoras, o aparecimento e a configuração de instituições bancárias nessas regiões, durante a primeira metade do século XIX, dependeu não só das necessidades reais de giro de cada circuito, mas também da forma com que os negociantes regionais se articularam nesses novos estabelecimentos.

A definição de banco, resgatada por Guimarães e Gambi (2020) é de suma importância para o entendimento das grandes áreas de circulação delineadas por Levy e Andrade (1985). Seu conceito remete à “palavra genérica para exprimir o tráfico e comércio de dinheiro que os Banqueiros, e outros, remetem de uma Praça a outra por meio das letras de câmbio”. Tal conceituação, ao fazer referência às letras de câmbio, remete, por sua vez, a necessidade de trocas monetárias entre países distintos, como aponta Fábio Corrêa (2020). Logo, se observa a importância e necessidade do surgimento de tais instituições em portos atlânticos ou em áreas fronteiriças. Como apontado por Guimarães e Gambi (2020), existiram diferentes tipos de bancos no século XIX, que realizavam operações distintas: caixas econômicas, montes socorros, bancos de crédito real ou hipotecário, bancos de depósitos e descontos, bancos emissores ou de circulação e/ou as casas bancárias. Estas últimas eram instituições de alcance local que faziam operações de depósito e empréstimos, como os outros tipos de bancos, se diferenciando dos demais pela íntima relação com o comércio atacadista e a forma de organização. Enquanto as casas bancárias eram consideradas sociedades comerciais, os demais bancos deveriam ser constituídos como sociedades anônimas.

A criação das primeiras instituições bancárias no Brasil, datada das duas primeiras décadas do século XIX, como apontam Carlos Gabriel Guimarães e Thiago Fontelas Rosado Gambi (2020), se deu com o objetivo de financiar o aparelhamento estatal. O primeiro Banco do Brasil, criado em 1808 e extinto em 1829, apesar de sua função, era uma instituição privada de desconto, depósito e emissão da qual o Estado detinha um pequeno número de ações e que tinha uma área de atuação pequena, restrita a cidade do Rio de Janeiro e com um alcance muito limitado as províncias. Sua criação não alterou significativamente o quadro das relações financeiras.

Esses trabalhos indicaram que uma instituição bancária formal surge pela necessidade de financiamento estatal, realização de trocas de câmbio, ou ainda, pela iniciativa privada, para minimizar os riscos das suas operações, especialmente as de empréstimo de dinheiro. Nesse quadro, se destacaram as casas comerciais e/ou bancárias que, através de letras da terra, exerceram importante função no financiamento da produção. No que se refere aos demais tipos de instituições, até 1860, com a implantação da política monetária de Souza Franco, existiu uma autonomia provincial em relação a gestão monetária, incluindo a gerência para criar determinadas instituições, como caixas econômicas, montes socorro ou bancos locais (Saraiva e Almico, 2019; Saraiva e Alvarenga, 2017; Santos, 2021).

Maria da Glória Santana de Almeida (1993) destacou que em Sergipe, no ano de 1859, houve movimentações para a criação de um banco local. A primeira tentou criar uma filial do Banco da Bahia, fundado em 1859, com a inscrição de 32 proprietários sergipanos como acionistas. A segunda foi a tentativa sem sucesso de abertura do Banco Agrícola Comercial e Hipotecário, na cidade de Laranjeiras. Almeida elencou possíveis explicações para o fracasso das iniciativas: (1) os lucros da produção algodoeira desviaram as atenções, nos anos 60, para a fundação de um banco local? (2) capitais suficientes em circulação? (3) ou outras opções lucrativas para os senhores de engenho? Com essas hipóteses, a própria autora observava a existência de uma dinâmica econômica particular na província de Sergipe, ainda que considerasse a ausência de uma instituição bancária como um dos traços estruturantes da permanência da dependência econômica de Sergipe. Como visto, a historiografia econômica alargou a noção de instituições bancárias no século XIX, incluindo as casas comerciais — apontadas no trabalho de Josué Modesto dos Passos Subrinho (1992) como apropriadoras dos rendimentos da lavoura canavieira e financiadoras da produção local sergipana.

Um estudo minucioso sobre as tentativas de criação das instituições bancárias em Sergipe na década de 50 ainda está para ser feito, mas a existência de sociedades comerciais e capitalistas, especializados na prática de concessão de crédito, aparecem com certa recorrência em fontes empíricas e na historiografia local que se dedicou a temática. Um ponto que precisa ser ponderado é que a ausência dos demais tipos de bancos em Sergipe não significou que alguns indivíduos não participassem enquanto acionistas em outras localidades. Sheila Farias Silva (2005), por exemplo, apontou alguns negociantes estancianos listados como acionistas de instituições bancárias da Bahia. Para o entendimento dessa realidade, a noção de espaço econômico e um exame minucioso de suas características é imprescindível. Entenderemos, por sua vez, como essas novas instituições e o surgimento de ativos financeiros, criadas no século XIX, bem como as transformações do sistema monetário, foram incorporadas em um funcionamento econômico sergipano com características bem definidas, bem como seu relacionamento com as províncias vizinhas.

Em busca do funcionamento econômico sergipano

Recapitulando as contribuições da historiografia elencadas ao longo deste trabalho, temos como características da economia sergipana: a presença de casas comerciais e instituições religiosas especializadas na concessão de crédito, responsáveis por tocar a movimentação econômica da província, bem como a cobrança de juros em uma lógica normal de funcionamento econômico (Santos, 2004; Silva, 2005; Maciel, 2014; Santos, 2022). Nesse cenário, se observa uma economia com capacidade de movimentação financeira própria, com intenso relacionamento com outras praças comerciais, especialmente a Cidade da Bahia.

Nota-se que a questão da dependência econômica tinha como plano de fundo o duplo processo de emancipação política: a independência do Brasil, em 1822, e a reversão da subordinação política da Capitania de Sergipe à Capitania da Bahia instaurada em 1763, em 1820. Assim como Gunder Frank, Almeida considerava o período de 1822 a 1860 central para a compreensão da luta em prol da independência econômica dos espaços coloniais. Dessa forma, constatou que o principal parceiro comercial dos produtos agrários sergipanos até o final do século XIX continuava sendo a Bahia, apesar dos esforços empreendidos para a efetivação de uma exportação atlântica direta.

Diagnosticava a manutenção da dependência econômica devido à entrada violenta de capitais privados, enfatizando a instalação das firmas estrangeiras, a ausência de um porto atlântico, os altos juros cobrados e, por fim, a falta de instituições bancárias. Dessa forma, para Almeida, apesar de sua emancipação política, o sistema comercial e financeiro de Sergipe não conseguiu lograr a sua independência do mercado baiano. A partir dessa conclusão, é possível observar a confluência de duas categorias distintas: espaço de jurisdição política (Bahia e Sergipe) e noção de espaço econômico (trocas entre agentes de uma mesma localidade, de duas províncias ou de países distintos). Esta última, envolvia uma transação de mercadorias, relacionamento entre agentes e uma negociação em curso que, quando examinadas, expõem a complexidade dos sistemas econômicos.

É possível deslocar a questão do financiamento da lavoura canavieira, problema central nos trabalhos de Almeida. Não há como compreender a economia sergipana no século XIX sem investigar a sua participação no mercado interno e internacional. Ou seja, observar como uma economia que se auto abastecia e fornecia gêneros alimentícios para capitânicas vizinhas, se mantém nesse mercado ao longo do século XIX, e se apropria de uma demanda e do potencial produtivo de açúcar e algodão para escalar um outro mercado em expansão, indiretamente, a partir da praça de Salvador, e diretamente, a partir da instalação de firmas estrangeiras na Cidade de Maruim, em 1836.

Esse problema expõe o estabelecimento, em Sergipe, de pelo menos duas redes de abastecimento ao longo do século XIX. Falta-nos, entretanto, o mapeamento dessas estruturas e de como essas transformações impactaram o funcionamento econômico sergipano. Ainda há muito o que se fazer, mas uma coisa é certa: não há mais lugar para a palavra “dependência” na economia sergipana. A partir de tal postura, seremos capazes de abandonar uma caracterização econômica pautada na observação das ausências e focar nos traços que constituem as especificidades da nossa economia e o seu relacionamento com as províncias vizinhas.

Os caminhos para pensarmos as dinâmicas internas da economia sergipana já estão em nossa própria historiografia. Entre outros exemplos, os trabalhos de Lourival Santana Santos e Joceneide Cunha dos Santos são esforços louváveis nesse sentido. Apesar de todas as críticas que foram feitas à perspectiva de dependência econômica sistematizada por Lenalda Santos, Josué Modesto dos Passos Subrinho e Maria da Glória Santana de Almeida, em seus trabalhos já estão os indícios para pensarmos a dinâmica interna da economia sergipana. As

transformações da estrutura produtiva, um escrutínio das formas de pagamento e, por fim, as estratégias de acumulação e dinâmica da riqueza serão centrais para a construção de um outro entendimento sobre a economia sergipana e de suas relações econômicas.

Referências bibliográficas

- AIDAR, Bruno; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Moeda. In: AIDAR, Bruno; SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima. **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos** (Brasil, séculos XVIII-XIX). São Paulo: Alameda, 2022, p. 59-95.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs. XIX/XX**. 2009. 277 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- ALMICO, Rita C.; S.;SARAIVA, Luiz Fernando. El Montepio General de Economía de los Servidores del Estado y el Imperio Brasileño (1835/1883). **Areas-Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 19, p. 47-59, 2019.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba (1860-1888)**. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal da Bahia, 2007.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. “Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina”. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat; CARDOSO, Ciro F. S.; CIAFARDINI, Horacio; GARAVAGLIA, Juan Carlos; LACLAU, Ernesto (Orgs.). Modos de produção na América Latina. México: Siglo XXI ed. **Cuadernos de Pasado y Presente**, n. 40, 1973, p. 47-81.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Orgs.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5. ed.. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.
- CARDOSO, Ciro F. S.. Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, Théo A.. **América Colonial**. São Paulo: Ícone, 1988, p. 61-84.

- CARRARA, Angelo Alves. À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas. In: Angelo Alves Carrara. (Org.). **À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas**. 1ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010, v. 1, p. 7-19.
- CARRARA, Ângelo Alves. O crédito no Brasil no período colonial: Uma revisão historiográfica. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.36, n.70, p.15-51, 2020.
- CORRÊA, Carolina Pimentel. **As teorias do desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso frente ao ideário cepalino**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CORRÊA, Fábio Rogério Cassimiro. Letra de câmbio. In: AIDAR, Bruno; SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima. **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos** (Brasil, séculos XVII-XIX). São Paulo: Alameda, 2020, p. 35-57.
- COSTA, Iraci del Nero; PIRES, João Manuel. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.
- DINIZ, Maria de Faro Leal (Org.). **Textos para a História de Sergipe**. 2. ed.. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- FARIAS, Nathiely Feitosa. Mulher de posses, senhora de si: poder, autoridade e condição feminina na sociedade agrária-escravista de Sergipe, no século XIX. In: MALAQUIAS, Carlos de O.; ANTONIO, Edna Maria Matos (Orgs.). **Revisitando Sergipe Oitocentista: fontes históricas e novos temas de pesquisa**. Aracaju: Editora SEDUC, 2022, p. 66-88.
- FLAMARION, Ciro. História da Agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979, p. 13-93.
- FLORY, Rae Jean Dell. **Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725**. PH.D teses - University of Texas at Austin, 1978.
- FONTANA, J. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru (São Paulo): Edusc, 1998
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. México: Siglo XXI, 1967.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. Introducción In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat; CARDOSO, Ciro F. S.; CIAFARDINI, Horacio; GARAVAGLIA, Juan Carlos; LACLAU,

Ernesto (Orgs.). **Modos de produção na América Latina**. México: Siglo XXI ed. Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40, 1973, p. 07-16.

GIL, Tiago Luís. El crédito en economías de Antiguo Régimen: Algunas cuestiones teóricas y reflexiones sobre la historiografía de la América portuguesa. **Revista de Historia Americana y Argentina**, v. 56, p. 103-132, 2021.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petropólis: Vozes, 1980, p. 43-65.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Banco. In: AIDAR, Bruno; SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima. **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos** (Brasil, séculos XVIII-XIX). São Paulo: Alameda, 2022, p. 55-88.

HOBSBAWN, Eric. Historiadores e Economistas I. In: HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. p. 136-156.

LEVY, Maria Bárbara; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Fundamentos do sistema bancário no Brasil: 1834-1860. **Estudos Econômicos**. Vol. 15, nº especial, 1985, p. 17-48.

LIMA, Fernando Cerqueira. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. **Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas**, v. 35, 2005, p. 169-201.

LIMA, Fernando Cerqueira; SOUSA, Rita Martins. Production, supply and circulation of national gold coins in Brazil (1703-1807). **America Latina en la Historia Económica**, v. 1, p. 37-65, 2017.

LIMA, Fernando Cerqueira. Moeda e meios de pagamentos. In: PESAVENTO, Fábio; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. **História Econômica do Brasil Colônia**. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022, p. 165-191.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: Combates e Controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACIEL, Carlos Roberto dos Santos. **A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

MALAQUIAS, C. de O.; SANTOS, I. L. População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p.1-30, 2020.

MARCONDES, Renato Leite; ALMICO, Rita; PEREIRA, Walter Luiz. *Relações de crédito no Brasil Imperial*. In: ALMICO, Rita; PEREIRA, Walter (Orgs.). **História Econômica do Brasil Império**. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022, p.119-172.

- MATTOSO, Katia de Queiroz. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MENDES, Claudinei Magno Magre. Crédito e Usura na Época Colonial: autores coloniais e historiografia. **Mirandum** (USP), v. XI, p. 31-48, 2007.
- MENEZES, Wanderlei de Oliveira. **Ordem e Transgressão em Sergipe d’El Rei: A trajetória do Sargento Mor Bento José de Oliveira (1763-1808)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, 2015
- MORET, Alex Hotz. **A Economia Política Brasileira na Obra de Francisco de Oliveira**. Dissertação (Mestrado em Economia Política) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MOTA, Maria Menendes Motta. O rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes). **Revista Portuguesa de História** – t. XLI (2010) – p. 175-191.
- OLIVA, Terezinha Alves de. A reorganização do arquivo público e a produção historiográfica sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. nº 48, 2018, p. 27-38.
- PEDROZA, Manuela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil Colonial. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial**, vol.03 (c.1720-c.1821). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.381-411.
- PENNA, Clemente Gentil. **Economias urbanas: capital, crédito e escravidão na cidade do Rio de Janeiro, c.1820-1860**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2019.
- PEREIRA, Magnus Roberto de M.; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: Relações de crédito no Brasil Colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**. v. 162, p.105-129, 2010.
- ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos**. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1570-1755. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo. A Historiografia Sergipana nos últimos cinquenta anos: tentativa de avaliação crítica. In: SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Capítulos de História da Historiografia Sergipana**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- SANTIAGO, Théo A.. Introdução. In: SANTIAGO, Théo A.. **América Colonial**. São Paulo: Ícone, 1988, p. 7-13.
- SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os Afortunados do Ultramar: riqueza e distinção na Cidade de Sergipe del Rei (1750-1808)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2017.

- SANTOS, Augusto Fagundes da Silva. **É fiado ou em dinheiro de contado?** O crédito na Bahia colonial (1777-1808). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2020.
- SANTOS, Augusto Fagundes dos. A primeira Caixa Econômica da Bahia: Gênese e atividades iniciais (1834-1850). **Areas-Revista Internacional De Ciencias Sociales**, v. 1, p. 27-37, 2021.
- SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. **Poderosos capitalistas: práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849)**. 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.
- SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. As relações comerciais entre Estância e Salvador: redes de abastecimento e importância do crédito no século XIX. In: MALAQUIAS, Carlos de O.; ANTONIO, Edna Maria Matos (Orgs.). **Revisitando Sergipe Oitocentista: fontes históricas e novos temas de pesquisa**. Aracaju: Editora SEDUC, 2022, p. 42-65.
- SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre Farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2004.
- SANTOS, Lenalda Andrade. **A Oligarquia açucareira e a crise: Sergipe, 1855-1890**. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, 1979.
- SANTOS, Lourival de Santana. **A produção do espaço agrário sergipano: Estruturação e arranjos (1850-1925)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, 2011.
- SANTOS, Teotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2020.
- SARAIVA, Luiz Fernando; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. O mercado de crédito no Rio de Janeiro (1821-1850). **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v.20, n.2, 2014.
- SARAIVA, Luiz Fernando.; OLIVEIRA, Thiago Alvarenga. A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859. In: Carlos Marichal Salinas, Thiago Gambi. (Org.). **Historia bancaria y monetaria de América Latina (siglos XIX y XX): Nuevas perspectivas**. 1ed. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2017, v. 1, p. 429-462.
- SARAIVA, L. F.; ALMICO, R. Formações econômicas do Brasil (contemporâneo): em busca de um projeto de nação. **Revista Brasileira de Administração Política**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 38–59, 2022.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- SERENI, Emilio. La Categoría de “Formación Económico-Social”. In: **Cadernos Cuadernos de Pasado y Presente**. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976. p.55 - 96.

SILVA, Sheyla Faria da. **Nas teias da Fortuna: Homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2005.

SILVA, Sheyla Farias. Dinheiro, crédito e fortunas na Estância/SE Oitocentista (1820-1888). **História e economia**, v. 4, p. 173-198, 2008.

SILVA, Sheyla Farias. Nas teias do crédito: riqueza, poder e prestígio entre os homens de negócio na Estancia/Sergipe oitocentista (1820-1888). **Diversitas Journal**. Santana do Ipanema/AL. vol. 4, n. 1, p.118-136, jan./abr. 2019.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SIQUEIRA, Luís. **Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey (1648- 1743)**. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, 2016.

SOUZA, Elizabeth Santos de. **Dos litígios da obrigação de crédito: a ação judiciária do Tribunal da Suplicação do Brasil (1808-1821)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Dissertação (mestrado em Ciências Econômicas) — Universidade Estadual de Campinas, 1983.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho. Trabalho escravo e livre no Nordeste açucareiro. Sergipe: 1850-1930**. Tese (doutorado em Economia) — Universidade Estadual de Campinas, 1992.

Recebido em 28- 04 -2023

Avaliado em 03 – 08 - 2023

Aprovado em 15 – 09 - 2023